

O TEMA AMBIENTAL E AS CONFERÊNCIAS DA ONU

JOANNE VICTÓRIA PEREIRA DOS SANTOS¹; MAURÍCIO PINTO DA SILVA²

*¹Universidade Federal de Pelotas/Curso de Relações Internacionais –
joanne.alm.ufpel@gmail.com*

*² Universidade Federal de Pelotas/Centro de Integração do Mercosul/Curso de Gestão
Ambiental/Professor Orientador mauriciomercosul@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental nas relações internacionais vêm ganhando cada vez mais espaço, sendo um dos assuntos mais trabalhados, assim como uma prioridade na agenda internacional. A década de 1990, por exemplo, do recém concluído século XX tem sido considerada a época das conferências sociais globais, pela imensa proliferação de encontros promovidos.

Um desses temas, ao qual se atribuiu maior prioridade, foi a preocupação com os impactos ambientais no planeta. Não por acaso, o encontro que inaugurou a agenda social global foi a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo apresentar e debater a temática ambiental a partir da realização das três Conferências das Nações Unidas – ONU, realizadas em 1972, 1992 e 2002.

2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos optou-se pela realização de uma breve revisão documental das Conferências das Nações Unidas em relação ao meio ambiente, realizadas em 1972, 1992 e 2002. A revisão documental foi de suma importância para a compreensão do debate ambiental em nível internacional, sendo as referidas Conferências as principais realizadas sobre o tema.

De forma complementar o estudo bibliográfico de temas como meio ambiente e regimes internacionais ganham importância na medida em que auxiliaram na compreensão mais ampla sobre a temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os problemas de cunho ambiental geralmente não serão de apenas um Estado, e por conseguinte, dificilmente serão resolvidos sem uma aliança entre vários países. A partir disso, nota-se também uma necessidade da criação de regimes e organizações internacionais para facilitar o processo de integração e gerar soluções comuns e efetivas para os problemas que englobam a todos.

Considera-se fundamental entender a introdução da agenda ambiental no âmbito internacional, como ela ganhou espaço e quais os fatores que incentivaram essa inserção, quais os novos conceitos e abordagens que foram criados a partir dessa ampliação, os problemas que a questão ambiental implica, isso é, entender os diversos elementos que englobam a questão do meio ambiente, por meio de O'Neill (2009).

Dentro dessa abordagem mais “ambientalista” das relações internacionais, é importante perceber não apenas os malogros relacionados as causas ambientais, mas também as interações internacionais que surgem para tentar resolvê-los (KEOHANNE; NYE, 2001). É possível contextualizar abordagens típicas das relações internacionais, e até mesmo aplicá-las no meio ambiental.

As três Conferências das Nações Unidas que antecederam a Rio +20, cujas são Conferência de Estocolmo (1972), Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992) e a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002), são as bases do debate internacional sobre o meio ambiente.

Ao decorrer desses eventos, houve mudanças no contexto internacional como também surgiram novos conceitos e atores internacionais para influenciar essa temática. A primeira Conferência específica relacionada ao meio ambiente foi:

No ano de 1968, a Assembleia Geral das Nações Unidas, diante da urgência dos problemas ambientais, acolheu proposta de seu Conselho Econômico e Social para organizar um encontro internacional para discutir formas de controlar a poluição do ar e a chuva ácida, dois dos problemas ambientais que mais inquietavam os países ricos. Nascia, assim, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo, 1972), que representa um marco no ambientalismo internacional e no estudo das Relações Internacionais, pois chamou a atenção dos Estados e da opinião pública internacional para a importância e urgência do enfrentamento dos problemas ambientais (NASCIMENTO, 2011, p. 11).

No princípio dos debates ambientais, esse era um tema considerado restrito devido as suas especificidades técnicas e científicas. Com o decorrer dos anos, as conferências têm sido mais abrangentes, envolvendo questões políticas, econômicas e sociais que se relacionam diretamente com a questão ambiental (LAGO, 2007).

Anteriormente, os problemas de caráter ambiental tinham um viés local ou regional, centrados em assuntos políticos ou econômicos. Com o fato de esses problemas gerarem maiores consequências e os agravantes refletirem numa esfera global, as conferências ambientais foram ganhando espaço na agenda internacional. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, é descrita por O’neill (2009, pg VII) como:

The Earth Summit, as it is often called, brought into focus a whole network of international treaties and agreements set up to manage international environmental problems – and proved to be a watershed moment for an emerging academic field of international environmental politics, particularly the study of international cooperation among nation states for global environmental protection.¹

O Relatório Brutland (1987) explica a causa da pobreza dos países em desenvolvimento como consequência da necessidade de utilizar seus recursos naturais de forma desregrada e abundante para sua subsistência, como também um meio de inserção na economia mundial, visto que, no geral, a exportação de matéria-prima é sua principal fonte de renda. Porém, essa é uma solução pontual, deixando lacunas no processo de desenvolvimento a longo prazo, assim como um lucro momentâneo. E nessa busca pelo desenvolvimento, essa exploração excessiva acaba degradando ambientes importantes em nível global.

Nota-se a diminuição da desigualdade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), que foi promovida com o intuito de incentivar o desenvolvimento sustentável, criando estratégias para a recuperação e prevenção dos danos causados ao meio ambiente (Portal da ONU, 2018). A

¹ A Cúpula da Terra, como é popularmente chamada, trouxe foco para toda uma conexão de tratados internacionais e acordos arranjados para gerenciar problemas ambientais internacionais – e provou ser o divisor de águas para o campo acadêmico emergente de políticas internacionais ambientais, particularmente o estudo sobre cooperação internacional entre Estados para proteção ambiental global.” (tradução livre)

realização da Conferência convergia com o fim da Guerra Fria, onde a política entre Estados sofria alterações, na qual:

Vislumbrou-se a possibilidade de que fossem resgatados o humanismo e a ótica universalista como veículos da generalização de valores, como a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, o pluralismo, o fortalecimento do multilateralismo e a solidariedade como cimento do relacionamento entre os Estados (LAFER, 2002 apud LAGO, 2007, p. 54).

O autor também cita o aumento nítido dos sistemas democráticos ao redor do mundo, trazendo à tona assuntos considerados como “novos temas”, que são relativos à ferramenta de poder do *soft power*:

Estes temas, provenientes muitas vezes da agenda internacional, e introduzidos de maneira parcial e “de cima para baixo” na agenda interna, passaram a ser discutidos “de baixo para cima”, graças à maior participação da sociedade civil nos planos político, social e econômico. Assim, o meio ambiente conquistou, progressivamente, maior legitimidade nos países em desenvolvimento (LAGO, 2007, pg. 55).

A aproximação dos países em desenvolvimento e desenvolvidos também pode ser evidenciado pelo fato de que o desenvolvimento sustentável está baseado em três pilares (econômico, social e ambiental), sendo de interesse comum o desenvolvimento desses fatores para ambos.

Dez anos após a Cúpula da Terra, em Johannesburgo, acontece a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Diferente do contexto do qual foi realizada a última conferência, o multilateralismo marcante da década de 90 foi perdendo espaço para o destaque de países desenvolvidos no sistema internacional (COELHO; SANTOS, 2015).

Guimarães e Fontoura explicam essa vicissitude:

No front das políticas concretas, embora a América Latina e o Caribe tenham adotado entusiasticamente os acordos alcançados na Cúpula da Terra em 1992, o ímpeto para sua implementação foi esmorecendo ao largo da década. Restrições estruturais domésticas, agravadas por diferenças na interpretação e aplicação dos acordos, por preconceitos introduzidos em sucessivas negociações, e pelo aprofundamento das assimetrias internacionais provocadas pela intensificação do processo globalizador da economia, entre outros fatores, corroeram o compromisso com a agenda de desenvolvimento sustentável formulada inicialmente em 1992. Embora a região tenha realizado claros avanços institucionais e em matéria de regulação, não conseguiu até o momento mobilizar o potencial reformador da sustentabilidade. Há que reconhecer a existência dos alicerces para que isto aconteça, mas a verdade é que os países encontram-se ainda em etapas muito embrionárias de uma real transição rumo ao desenvolvimento sustentável. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, P.512)

Os autores evidenciam a ambiguidade da relação entre Estados na Conferência pela razão que:

Se bem é certo que a década pós-Rio foi cenário de profundas mudanças econômicas e demonstrou a capacidade da região para integrar-se mais ativamente no sistema mundial, é igualmente correto constatar que estes países estavam mais expostos que nunca às tensões internacionais que geraram novas fontes de incerteza e instabilidade. (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012, p. 512)

Lago (2007), resume a atuação brasileiras nas Conferências da seguinte maneira:

A atuação do Brasil em Estocolmo foi de confronto – uma vez que a tese brasileira estava em oposição à proposta original da Conferência – e as posições do País foram defensivas. No Rio de Janeiro, a atuação foi cooperativa, já que o Brasil não tinha uma tese a opor ao desenvolvimento sustentável e o País tinha interesse no sucesso da

Conferência, mas as posições, ainda que mais abertas, continuavam a ser percebidas como defensivas. Em Johannesburg, a atuação do Brasil foi novamente cooperativa, mas desta vez as posições foram menos defensivas e, pela primeira vez, propositivas. (LAGO, 2007, p. 216)

4. CONCLUSÕES

Os encontros da ONU relativos a temática ambiental, iniciados em 1972 com a Conferência de Estocolmo, têm sido mais frequentes e com uma evolução da sua agenda. Em um primeiro momento, eram abordados apenas problemas pontuais, e esses eram discutidos por países ricos.

Com o passar do tempo, percebeu-se que esse assunto possuía maiores dimensões, envolvendo todos os países para solucionar um problema que, sendo a primeira vista estritamente ambiental, correlaciona-se com economia, política, e a sociedade. Com essa percepção, houve uma expansão do tema ambiental para diversas esferas de atuação, revelando problemas basilares que incutiam diretamente no assunto, como por exemplo a desigualdade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e seus conflitos de interesses.

Partindo desse pressuposto, novos atores envolveram-se na questão, como a sociedade civil, organizações não-governamentais, sindicatos, entre outros, e as Conferências discutidas no presente trabalho gradativamente ganharam espaço e importância no sistema internacional. Como resultante deste processo, além das Conferências citadas, ocorreu a Rio+20 em 2012, atestando a continuidade do tópico na agenda internacional, assim como a importância do Brasil na discussão, visto que seria a segunda vez apresenta-se como país-sede de uma Conferência ambiental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNDTLAND, Harlem et al. Da Terra ao Mundo. In: **Nosso futuro comum – Relatório da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. SP, Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- COELHO, André Luiz; SANTOS, Vinicius. **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A QUESTÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS CONFERÊNCIAS DA ONU**. 5º Encontro Nacional da ABRI: Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação. Belo Horizonte, PUC Minas, 2015
- GUIMARÃES, Roberto; FONTOURA, Yuna. **Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas**. Caderno EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, nº 3, artigo 3, 2012.
- KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and interdependence**. London: Logman, 2001.
- LAGO, André Aranha Corrêa do. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- NASCIMENTO, Paulo Roberto L. **O Meio Ambiente e os fundamentos orientadores da Política Externa Ambiental Brasileira**. 2011. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- O'NEILL, Kate. **The environment and international relations**. Cambridge/UK, Cambridge University Press, 2009.